

A violência contra as mulheres, para além de sua inegável gravidade enquanto violação de direitos fundamentais, impõe-se como um problema permanente e estrutural que implica em custos sociais e econômicos significativos ao país, funcionando como um obstáculo não priorizado, mas decisivo, ao pleno desenvolvimento do Brasil.

O recente Índice de Conscientização sobre Violência contra Mulheres, lançado pelo Instituto Natura e a Avon, revelou que, embora a sociedade brasileira reconheça a gravidade do problema, ainda faltam, de maneira persistente, informações qualificadas e capacidade prática de resposta. O Brasil não é um país indiferente, mas um país mal preparado para fornecer respostas eficientes e eficazes.

Leia também:

[Possível escassez de chips acende alerta no setor de eletroeletrônicos no Brasil](#)

[Voo perto do Brasil, anistia completa: o que se sabe sobre aval de Trump para saída de Maduro da Venezuela](#)

Mais do que uma pesquisa de opinião, o Índice de Conscientização é uma métrica da maturidade coletiva, tangibilizando conhecimento, valores e atitudes da população. Em outras palavras: o quanto de fato entendemos, percebemos a urgência e agimos diante da violência contra as mulheres.

Os resultados são claros: embora se tenha a impressão de que “falamos muito” sobre o tema, quatro em cada dez brasileiros não se lembram de ter visto, no último ano, sequer uma campanha dedicada ao assunto. E, quando observamos o quanto realmente compreendemos as causas, as formas de materialização da violência, sobretudo a doméstica e familiar, e os mecanismos de proteção disponíveis, o cenário se agrava. O Índice expõe a lacuna entre discurso e ação, colocando o país em uma zona de desconforto que revela uma verdade difícil: nós ainda não sabemos o suficiente para agir corretamente.

Segundo o levantamento, 62% dos brasileiros admitem não possuir informação suficiente para prestar auxílio a uma mulher em situação de violência. Vivemos em um país onde quase todos rejeitam a violência, mas apenas um terço sabe de fato o que fazer quando ela acontece. Esse déficit informacional mantém a população nos níveis médio e baixo de conscientização. A

omissão coletiva é reforçada por uma crença social profundamente enraizada: 60% dos entrevistados ainda acreditam que conflitos de casal devem ser resolvidos “entre os parceiros”, privatizando o problema, isolando a vítima e desmobilizando o entorno.

Essa falta de preparo e a insistência em classificar a violência como um “problema de casal” mostram o quanto ainda resistimos a assumi-la como uma responsabilidade de toda a sociedade. Enquanto seguimos fingindo que é uma questão a ser resolvida a portas fechadas, produzimos justamente o cenário ideal para que ninguém intervenha e nada mude. É exatamente essa ausência de ação que sustenta a continuidade da violência.

O despreparo coletivo aparece de forma ainda mais dramática quando ouvimos as próprias mulheres. Quatro em cada dez não nomeiam espontaneamente as agressões que vivenciaram. Ainda assim, 96% reconhecem a responsabilidade coletiva — mas o medo e a falta de informação as empurram para a esfera privada (família, amigos, igrejas), longe dos serviços públicos especializados, que deveriam ser sua principal rede de proteção.

O custo dessa inação é evidente e mensurável. A 11ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, OMV e Nexus Pesquisas) demonstra que a violência doméstica bloqueia o desenvolvimento: 70% das vítimas tiveram a rotina diária afetada; 68% viram seu convívio social reduzido. Na vida profissional e educacional, os impactos são igualmente profundos: 46% sofreram prejuízo no trabalho remunerado e 42% tiveram os estudos interrompidos ou prejudicados. A violência deixa, portanto, de ser um drama individual e se torna um entrave humano, social e econômico ao país.

O Índice também revela um dado incontornável: as mulheres mais vulneráveis são justamente as que menos conhecem seus mecanismos de proteção. Entre aquelas com renda de até dois salários mínimos, 13% não conhecem bem a Lei Maria da Penha. A desigualdade informacional é, aqui, uma forma de violência estrutural.

Portanto, o acesso à conscientização se configura como um vetor de transformação social que desejamos. É preciso romper com a ideia de que “saber que a violência existe” basta. Não basta “saber que violência existe”. Conscientização é um processo complexo: ocorre quando conhecimento, valores e atitudes se alinham de forma coesa, movendo a sociedade da passividade para a ação transformadora. É nesse tripé que reside a possibilidade real de enfrentamento e de elevação da maturidade social do país.

O Índice de Conscientização é, nesse sentido, um termômetro preciso da nossa capacidade coletiva de responder à violência. Não basta ter leis; é preciso garantir que a sociedade saiba como agir, quando agir e a quem recorrer. Superar a falta de conscientização é, em última instância, um passo crucial para garantir segurança, dignidade e o desenvolvimento pleno do Brasil.

Beatriz Accioly é antropóloga e líder de Políticas Públicas pelo Fim da Violência contra Meninas e Mulheres no Instituto Natura.